



O documento foi entregue para CVM e BM&FBOVESPA008117FCA000020140100035409-71
008117ITR310320140100037231-7721/03/2014 15:0412/05/2014 16:32

Empresa

Código CVM: 00811-7
Nome: LOJAS HERING SA

Informações Trimestrais - ITR

Protocolo de Recebimento: 008117ITR310320140100037231-77
Protocolo Relacionado: 008117FCA000020140100035409-71
Tipo de Arquivo: Informações Trimestrais
Versão: 1
Data de Referência: 31/03/2014
Data de Entrega: 12/05/2014 16:32

ITR capeado pelos dados cadastrais do formulário cadastral V1 recebido em 21/03/2014.

**Atenção: A atualização desse protocolo no sistema EmpresasNet é automática. Caso essa atualização não ocorra automaticamente, o protocolo de recebimento deste documento deve ser atualizado no sistema através da função "Manutenção do Protocolo"!

Imprimir

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	30
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	46
Preferenciais	85
Total	131
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	50.560	50.878
1.01	Ativo Circulante	1.134	1.479
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	587	872
1.01.03	Contas a Receber	429	507
1.01.03.01	Clientes	429	507
1.01.04	Estoques	100	91
1.01.06	Tributos a Recuperar	10	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	7	8
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1	1
1.01.08.03	Outros	1	1
1.02	Ativo Não Circulante	49.426	49.399
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	31	33
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	31	33
1.02.02	Investimentos	49.055	49.025
1.02.02.01	Participações Societárias	28	25
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	27	24
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1	1
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	49.027	49.000
1.02.03	Imobilizado	307	308
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	307	308
1.02.04	Intangível	33	33
1.02.04.01	Intangíveis	33	33

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	50.560	50.878
2.01	Passivo Circulante	236	225
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22	31
2.01.01.01	Obrigações Sociais	10	19
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	12	12
2.01.02	Fornecedores	104	38
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	104	38
2.01.03	Obrigações Fiscais	58	126
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	58	106
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	18
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Recolher	14	43
2.01.03.01.03	Imposto de Renda Retido na Fonte a Recolher	1	1
2.01.03.01.04	Outros	43	44
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	0	20
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	18	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	18	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	18	0
2.01.05	Outras Obrigações	11	5
2.01.05.02	Outros	11	5
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	11	5
2.01.06	Provisões	23	25
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	23	25
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	23	25
2.02	Passivo Não Circulante	32.914	33.170
2.02.02	Outras Obrigações	17.133	17.389
2.02.02.02	Outros	17.133	17.389
2.02.02.02.03	Obrigações Tributárias Refis	17.124	17.036
2.02.02.02.04	Outras Obrigações	3	347
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	6	6
2.02.03	Tributos Diferidos	15.781	15.781
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15.781	15.781
2.03	Patrimônio Líquido	17.410	17.483
2.03.01	Capital Social Realizado	17.359	17.359
2.03.02	Reservas de Capital	451	451
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-400	-327

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	591	586
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-256	-240
3.03	Resultado Bruto	335	346
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-326	-208
3.04.01	Despesas com Vendas	-78	-68
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-236	-137
3.04.02.01	Despesas Gerais/Administrativas	-203	-101
3.04.02.02	Depreciações e Amortizações	-12	-16
3.04.02.03	Remuneração dos Administradores	-21	-20
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	5
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-12	-8
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	9	138
3.06	Resultado Financeiro	-82	-87
3.06.01	Receitas Financeiras	27	27
3.06.02	Despesas Financeiras	-109	-114
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-73	51
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-5
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-73	46
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-73	46
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00000	0,35000
3.99.01.02	PN	0,00000	0,35000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-73	46
4.03	Resultado Abrangente do Período	-73	46

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-244	61
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	42	171
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo do Exercício	-73	46
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	12	15
6.01.01.04	Imposto de renda e Contrib.Social correntes provisionados	0	5
6.01.01.05	Despesas com provisão de juros sobre parcelamento de impostos	103	105
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-273	-95
6.01.02.01	Aumento(Diminuição)nos ativos	62	48
6.01.02.02	Aumento(Diminuição)nos passivos	-335	-143
6.01.03	Outros	-13	-15
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-41	-15
6.02.02	Adições aos Investimentos	-30	-11
6.02.04	Adições ao Ativo Permanente	-11	-4
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-4
6.03.02	Pagamento de empréstimos	0	-4
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-285	42
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	872	871
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	587	913

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	17.359	451	0	-327	0	17.483
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	17.359	451	0	-327	0	17.483
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-73	0	-73
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-73	0	-73
5.07	Saldos Finais	17.359	451	0	-400	0	17.410

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	17.359	451	0	-13.936	0	3.874
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	17.359	451	0	-13.936	0	3.874
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	46	0	46
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	46	0	46
5.07	Saldos Finais	17.359	451	0	-13.890	0	3.920

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	637	676
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	681	674
7.01.02	Outras Receitas	0	5
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-44	-3
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-308	-286
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-256	-240
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-52	-46
7.03	Valor Adicionado Bruto	329	390
7.04	Retenções	-12	-15
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-12	-15
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	317	375
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	26	27
7.06.02	Receitas Financeiras	26	27
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	343	402
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	343	402
7.08.01	Pessoal	82	69
7.08.01.01	Remuneração Direta	70	60
7.08.01.02	Benefícios	5	5
7.08.01.03	F.G.T.S.	7	4
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	157	116
7.08.02.01	Federais	81	82
7.08.02.02	Estaduais	23	22
7.08.02.03	Municipais	53	12
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	177	171
7.08.03.01	Juros	109	114
7.08.03.02	Aluguéis	7	6
7.08.03.03	Outras	61	51
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-73	46
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-73	46

Comentário do Desempenho

Comparativamente ao trimestre anterior, as vendas do varejo e os aluguéis do nosso Centro Comercial tiveram uma queda de 29,81%. As receitas totais em comparação ao mesmo trimestre do exercício anterior tiveram um incremento de 0,75% .

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Companhia tem por objeto, a exploração do comércio varejista de malhas, confecções, outros artigos e produtos em geral; exportação e importação de bens de capital e consumo; arrendamento e locação de bens móveis e imóveis próprios.

2. Base de preparação

a. Declaração de Conformidade

As Informações Trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

A emissão das demonstrações trimestrais foi autorizada pela Administração em 30 de Abril de 2014 e não há eventos subsequentes a serem divulgados.

b. Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção das propriedades para investimento, mensuradas pelo valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas informações trimestrais individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamento

1. Principais premissas e estimativas contábeis

A preparação das informações trimestrais de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

Abaixo seguem as principais estimativas efetuadas pela Companhia em suas demonstrações financeiras:

Notas Explicativas

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixa previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

Impairment de ativos de vida útil longa

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não as propriedades para investimento e estoques são revistos a cada data e apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto ajustada a partir da taxa líquida Selic para que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

3. Principais políticas contábeis

a. Reconhecimento de receitas e despesas

Receitas e despesas são reconhecidas nas demonstrações financeiras, de acordo com o período de competência em que incorrem.

As receitas de venda de mercadorias são reconhecidas quando a propriedade e os riscos inerentes ao produto são substancialmente transferidos para o cliente, quando o preço de venda é fixo e determinável, quando existe evidência de contrato de venda e quando a cobrança está razoavelmente assegurada. Uma receita não é

Notas Explicativas

reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

As receitas de aluguéis são reconhecidas com base na fruição dos prazos dos contratos. As despesas e os custos são reconhecidos quando incorridos.

b. Instrumentos financeiros

i. *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente em sua data de origem. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro e uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica seus ativos financeiros não derivativos como recebíveis.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações no mercado aberto, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelas mercadorias vendidas, bem como pela locação de suas propriedades para investimentos no decurso normal das atividades da Companhia. Se o pagamento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

Na prática, as contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário.

Notas Explicativas

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Quando aplicável, as contas a receber de clientes, com vencimentos futuros, são descontados a valor presente pela taxa individual aplicada nos financiamentos próprios decorrentes de vendas a prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e outras obrigações.

Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Estão demonstrados pelo valor de contratação, acrescido dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até a data do balanço, diminuído dos pagamentos efetuados, o que reflete o seu valor justo.

iii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionário.

c. Estoques

Notas Explicativas

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los à sua localização e condição existente.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de vendas.

d. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel, mas não para venda no curso normal dos negócios, ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequente ao valor justo.

Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento.

O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos do material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.

Quanto a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação se torna seu custo para a contabilização subsequente.

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na nota explicativa nº 09.

Anualmente, a Companhia reavalia suas propriedades para investimento para que o valor justo das mesmas reflita as condições de mercado à data do período de reporte.

e. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos

Notas Explicativas

advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

São depreciados pelo método linear do resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, como segue:

	Taxa anual depreciação
Móveis, utensílios e equipamentos	10%
Benfeitorias	4%
Veículos	20%
Outros	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g. Redução do valor recuperável

i. Ativos financeiros, incluindo recebíveis:

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Notas Explicativas

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda do valor recuperável dos ativos não financeiros.

h. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, descontos obtidos de fornecedores e juros recebidos de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, juros sobre atualização de parcelamento de tributos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

i. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a

Notas Explicativas

combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações trimestrais.

4. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas informações trimestrais de 31 de março de 2014 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito: é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento da inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de clientes realizando diversas ações de cobrança. A Companhia possui ainda, a provisão de crédito de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 390 (R\$ 346 em 31 de dezembro de 2013) para fazer face ao risco de crédito.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	31/03/14	31/12/13
Caixa e equivalentes de caixa	587	872
Contas a receber de clientes	429	507
Total	1.016	1.379

Notas Explicativas

Risco de liquidez: é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Em 31 de março de 2014, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

Risco de mercado: é o risco que ocorre com as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxas de juros: Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações.

Valor contábil	<u>31/03/14</u>	<u>31/12/13</u>
Instrumentos de taxa variável		
Aplicações financeiras	571	785
Empréstimos	18	-

Risco Operacional: é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da mesma e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de informações trimestrais, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

b. Análise de sensibilidade

A Companhia não opera com derivativos. Possui apenas aplicações de liquidez imediata com rendimento que flutua de acordo com o CDI-Certificados de Depósito Interbancário.

c. Instrumentos financeiros – valor justo

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2014 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas

Notas Explicativas

explicativas específicas.

Para fins de divulgação, caso a Companhia tivesse adotado o critério de reconhecimento de ativos e passivos financeiros pelo valor justo, teria apurado os seguintes valores:

	<u>31/03/2014</u>		<u>31/12/2013</u>	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	587	587	872	872
Contas a receber de clientes	429	429	507	507
Empréstimos	18	18	-	-
Contas a pagar a fornecedores	104	104	38	38

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Aplicações financeiras – Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

Contas a receber e fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

Empréstimos – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa	6	18
Banco conta movimento	10	69
Aplicações liquidez imediata	571	785
	<hr/>	<hr/>
	587	872

As aplicações financeiras referem-se a fundos de renda fixa, com possibilidade de resgate imediato remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário, em Instituições Financeiras renomadas.

Notas Explicativas**6. Contas a receber de clientes**

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Clientes no varejo	32	67
Contas a receber centro comercial	789	798
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(390)	(346)
Recebimentos a compensar	(2)	(12)
	<hr/>	<hr/>
	429	507

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada da seguinte forma: 100% dos aluguéis a receber em processos judiciais, e os vencidos há mais de 6 meses. Os recebimentos a compensar, referem-se aos cheques pré-datados recebidos a título de pagamento de aluguel.

7. Estoques

Em 31 de Março de 2014, o montante de R\$ 100 (R\$ 91 em 31 de Dezembro de 2013) refere-se a artigos de vestuário masculino, feminino e infantil para revenda, no setor de varejo.

8. Outros

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Depósitos para recursos judiciais	13	14
Adiantamentos a terceiros	18	19
	<hr/>	<hr/>
Total não circulante	31	33

9. Propriedades para investimento

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imóveis para locação	49.027	49.000
Outros investimentos	28	25
	<hr/>	<hr/>
	49.055	49.025

Notas Explicativas

Em 31 de Março de 2014 a rubrica de imóveis para locação refere-se aos terrenos, edificações e instalações do Centro Comercial Shopping H, mantido para finalidade de locação.

Em 2013 a Companhia promoveu a revisão do valor justo de seus imóveis para locação, nos termos do ICPC 10 e CPC 28, através de profissional técnico qualificado, com o objetivo de reconhecer o valor justo de suas propriedades para investimento em 31 de dezembro de 2013.

Para a determinação do valor justo o avaliador seguiu as recomendações das Normas de Avaliação NBR 14653-1:2001 versão corrigida 2:2005, NBR 14653-2:2011, NBR 14653-4:2002 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. Foi utilizado pelo avaliador em 2013 a metodologia combinada do Método Comparativo Direto de Mercado e do Método Involutivo.

Abaixo segue resumo da movimentação ocorrida na rubrica de Imóveis para locação:

	31/12/2013	Adições	31/03/2014
Edificações	284	-	284
Ajuste de avaliação patrimonial em edificações	35.068	-	35.068
Instalações	126	1	127
Instalações centro comercial	821	26	847
Terrenos	1.353	-	1.353
Ajuste de avaliação patrimonial em terrenos	11.348	-	11.348
	<u>49.000</u>	<u>27</u>	<u>49.027</u>

Sobre os valores reconhecidos como ajuste de avaliação patrimonial a Companhia constituiu tributos diferidos nos termos do CPC 32 para demonstrar o valor líquido realizável na data de publicação, sendo esse em 31 de dezembro de 2013 como segue:

	31/03/2014	31/12/2013
Ajuste de avaliação patrimonial em edificações	35.068	35.068
Ajuste de avaliação patrimonial em terrenos	<u>11.348</u>	<u>11.348</u>
Base de cálculo IRPJ e CSLL diferidos	46.416	46.416
	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>15.781</u>	<u>15.781</u>
Ajuste de avaliação patrimonial líquido	<u><u>30.635</u></u>	<u><u>30.635</u></u>

Notas Explicativas**10. MUDANÇA DE ESTIMATIVA NA AVALIAÇÃO DE VALOR JUSTO DE INVESTIMENTOS**

Para o exercício de 2013, a Companhia passou a adotar para a avaliação de valor justo dos investimentos a metodologia combinada do Método Comparativo Direto de Mercado e do Método Involutivo, ambos indicados e sugeridos pelas normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. A avaliação foi feita pelo Engenheiro Civil Milorad Boskovic, registrado no CREA-SC sob número 12.541-3. Tendo obtido em sua pesquisa novas informações relacionadas aos valores de mercado praticados, e tendo aprimorado a metodologia da avaliação, foi apurado um novo valor justo das Propriedades para Investimentos, a qual teve o seguinte efeito nas Demonstrações Contábeis:

Imóveis para Locação	Saldos anteriores à revisão	Ajuste valor justo	Novo valor justo
Edificações e Instalações	17.155	19.144	36.299
Terrenos	11.713	988	12.701
Totais	28.868	20.132	49.000

Tributos Diferidos	Saldos anteriores à revisão	Ajuste valor justo	Saldo Final IR/CS Diferidos
IRPJ CSLL Diferidos	8.936	6.845	15.781
Totais	8.936	6.845	15.781

No resultado da companhia, o efeito da mudança de estimativa resultou num ganho líquido de R\$ 13.287, conforme demonstrado abaixo:

	2013	2012
Ajuste de Avaliação Patrimonial das Propriedades para Investimentos	20.132	1.901
IRPJ e CSLL Diferidos	(6.845)	(646)
Totais	13.287	1.255

11. Imobilizado

	<u>31 de Março de 2014</u>			<u>31 de Dezembro de 2013</u>		
	Depreciação		Líquido	Depreciação		Líquido
Custo	acumulada	Custo		acumulada		
Móveis, Utensílios e Equipamentos	1.831	(1.712)	119	1.820	(1.707)	113
Benfeitorias	196	(194)	2	196	(194)	2
Veículos	261	(86)	175	261	(80)	181
Outros	16	(5)	11	16	(4)	12
	2.304	(1.997)	307	2.293	(1.975)	308

A depreciação é calculada com base nas seguintes vidas úteis:

Notas Explicativas

Descrição	Taxa anual de depreciação
Móveis, Utensílios e Equipamentos	10%
Benfeitorias	4%
Veículos	20%
Outros	10%

A movimentação do imobilizado em 31 de Dezembro de 2013 é a seguinte:

	01 de Janeiro de 2013	Adições	Depreciação	31 de Dezembro de 2013
Móveis, Utensílios e Equipamentos	125	9	(19)	113
Benfeitorias	3	-	(1)	2
Veículos	201	27	(40)	181
Outros	5	7	(1)	12
	334	43	(61)	308

A movimentação do imobilizado em 31 de Março de 2014 é a seguinte:

	01 de Janeiro de 2014	Adições	Depreciação	31 de Março de 2014
Móveis, Utensílios e Equipamentos	113	11	(5)	119
Benfeitorias	2	-	(1)	1
Veículos	181	-	(6)	175
Outros	12	-	-	12
	308	11	(12)	307

12. Parcelamento de Títulos

Notas Explicativas

Em 28 de abril de 2010, a Sociedade comunicou por meio de fato relevante, que em 27 de abril de 2010, foi expedida a certidão do trânsito em julgado da sentença que julgou cumprida a concordata preventiva da Companhia. Para evitar a manifestação contrária do credor quirográfico Valuta Cobranças Ltda. EPP, a Companhia celebrou com aquela empresa, uma confissão de dívida reconhecendo a dívida no montante de R\$1.061.

Em 13 de Março de 2014, a Companhia liquidou todo o montante devido, não constando assim nenhum valor aberto no passivo circulante e no passivo não circulante (R\$ 347 em 31 de dezembro de 2013).

O principal da dívida é atualizado mensalmente pela SELIC, sendo que os juros correspondentes estão sendo pagos também mensalmente.

Conforme termo de confissão de dívida, anualmente, a dívida deve ser amortizada, pelo valor mínimo de R\$106, podendo ser pago de forma cumulativa até o último dia útil de cada ano.

13. Contas a pagar a fornecedores

Em 31 de Março de 2014 o montante de R\$ 104 (R\$ 38 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a contas a pagar a fornecedores de produtos para revenda do segmento de vestuário, materiais para reformas, e materiais de expediente.

14. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Salários a pagar	12	12
Provisões 13º e férias com encargos	22	25
Multa FGTS sobre parcelamento	-	8
FGTS a recolher	2	2
INSS a recolher	9	9
	<u>45</u>	<u>56</u>

15. Obrigações Tributárias

<u>31/03/2014</u>		<u>31/12/2013</u>	
Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante

Notas Explicativas

Impostos e contribuições	15	-	82	-
Parcelamentos - REFIS	43	17.124	44	17.036
	58	17.124	126	17.036

a. Impostos e contribuições

	<u>31/03/14</u>	<u>31/12/13</u>
ICMS a recolher	-	18
ICMS Fundo Social a recolher	-	1
ICMS Funturismo	-	1
IRRF a recolher	1	1
ISQN a recolher	-	-
Contribuição social a recolher	-	10
Imposto de renda a recolher	-	8
PIS a recolher	2	8
COFINS a recolher	12	35
	15	82

b. Parcelamentos – REFIS

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - Refis, no âmbito da Lei 9.964, de 10.04.2000, parcelando os débitos tributários federais até então devidos e administrados pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional - PGFN, Secretaria da Receita Federal e Instituto Nacional de Serviço Social - INSS.

Como garantia do parcelamento, promoveu o arrolamento de bens (finalizado pelo processo nº 13971.000923-2010-14) sobre duas edificações e respectivo terreno, situado na Rua XV de Novembro, 759, Centro, Blumenau, SC, onde é a sede da Companhia e que está matriculado sob nº 22.110, no 1º Ofício de Registro de Imóveis de Blumenau, SC. Na matrícula em que há o arrolamento, há inscritas penhoras judiciais relativas aos processos de execução dos tributos federais incluídos no referido parcelamento e, em razão do parcelamento, todas as execuções se acham suspensas.

A seguir apresenta-se o quadro detalhando a dívida consolidada em 2000 que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

Natureza	Tributos federais			Total da dívida na adesão
	PGFN	SRF	INSS	

Notas Explicativas

Principal	1.090	173	2.431	3.694
Multa	231	35	805	1.071
Juros	1.362	60	1.790	3.212
Encargos	525	-	140	665
	<u>3.208</u>	<u>268</u>	<u>5.166</u>	<u>8.642</u>

Não foram utilizados créditos fiscais para amortização de multas e juros.

Até 31 de Março de 2014, foi pago o montante de R\$15 (R\$ 232 em 31 de Dezembro de 2013) referente às parcelas do REFIS federal. O valor pago no exercício de 2013 foi impactado nos meses de outubro, novembro e dezembro, pela exigência da Receita Federal do Brasil de recolhimento em consonância com o Parecer PGFN/CDA nº 1.206/2013, que foi objeto de mandado de segurança impetrado pela Companhia, a qual em 22/01/2014 teve deferida liminar e, em 26 de março de 2014, teve decisão de mérito em Primeiro Grau, concedendo a segurança, com o que a Companhia voltou a efetuar os pagamentos de acordo com a exigência da Lei nº 9.964/2000, como já o fez ao longo de 13 anos.

Em 31 de Março de 2014 a Companhia possui contabilizado no passivo circulante a título de REFIS federal o montante de R\$43 referente a 12 parcelas vencíveis em 2014. O restante do saldo está classificado no passivo não circulante.

A atualização do referido parcelamento é efetuada mensalmente com base na Taxa de Juros de Longo Prazo "TJLP".

16. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de Março de 2014 registra no passivo não circulante, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial efetuado sobre as propriedades para investimento de posse da Companhia, como segue:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Ajuste de avaliação patrimonial em edificações	35.068	35.068
Ajuste de avaliação patrimonial em terrenos	<u>11.348</u>	<u>11.348</u>
Base de cálculo IRPJ e CSLL diferidos	46.416	46.416
	<u>34%</u>	<u>34%</u>
	<u>15.781</u>	<u>15.781</u>

Conforme descrito na nota explicativa nº9, em 2013 a Companhia efetuou nova avaliação de seus imóveis para locação, nos termos do ICPC 10 e CPC 28, através profissional técnico qualificado, com o objetivo de refletir em sua contabilidade o valor justo de suas propriedades para investimento em 31 de Dezembro de 2013.

Como resultado, a Administração reconheceu um ganho de avaliação patrimonial no montante de R\$ 20.132. Por conta disso, registra no passivo não circulante um aumento de R\$ 6.845 a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, tendo como contrapartida o resultado do exercício.

Notas Explicativas

17. PARTES RELACIONADAS

Abaixo segue movimentação ocorrida no resultado:

	Custo/despesa	
	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Compark	31	17
Condomínio Shopping H	81	90
	<hr/>	<hr/>
	112	107

a. Custos Condomínio Shopping H

Os custos com o Condomínio Shopping H referem-se ao pagamento dos encargos comuns (condomínio) e despesas próprias das áreas desocupadas e das áreas ocupadas pelo varejo da própria Companhia, bem como a prestação de serviços de reparos (manutenção), melhorias, pinturas e conservação em geral das áreas próprias e locadas.

b. Despesas Compark

As despesas com a Compark referem-se ao pagamento do estacionamento de fornecedores, dos clientes do varejo da própria Companhia, caminhões de entregas e dos ônibus de turismo e prestadores de serviço de todas as áreas do centro comercial Shopping H, próprias e locadas, conforme acerto com os locatários

18. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Março de 2014 o capital social subscrito é de R\$ 17.359 (idem em 31 de dezembro de 2013), totalmente integralizado, representado por 46.272 ações ordinárias e 84.783 ações preferenciais (idem em 31 de dezembro de 2013).

19. SEGUROS

Em 31 de Março de 2014, a Companhia possuiu seguros conforme demonstrado:

Notas Explicativas

<u>Seguradora</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Vigência apólice</u>	<u>máximo indenizável</u>
Generali Cia de Seguros	Compreensivo empresarial	23.08.2013 à 23.08.2014	20.500
Generali Cia de Seguros	Compreensivo empresarial	23.08.2013 à 23.08.2014	4.100
Confiança Cia de Seguros	Automóvel	09.02.2013 à 09.02.2014	800
Chubb Seguros	Automóvel	23.12.2013 à 23.12.2014	1.010
Chubb Seguros	Automóvel	25.10.2013 à 25.10.2014	902
			27.312

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

20. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA MEDIDA PROVISÓRIA 627

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre o capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições previstas na MP tem vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários. Até a conclusão destas demonstrações financeiras, a MP 627 não havia sido convertida em lei. Desta maneira, a Administração da Companhia está avaliando quais os impactos da MP, e aguardando a conversão da mesma em lei, para optar ou não pela adoção antecipada para o exercício de 2014.

Blumenau, 30 de Abril de 2014.

Lojas Hering S/A.
Cid Steinbach
Presidente
CPF: 642.173.619-04

Dúnamis Contabilidade Ltda EPP.
Claudinei da Silva - Contador CRC 21.429/O-0
CPF: 986.545.019-53

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ilmos. Srs.

Conselheiros, Diretores e Acionistas da

LOJAS HERING S.A.

Blumenau – SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da LOJAS HERING S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410, - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado – (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demais informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Blumenau (SC), 08 de maio de 2014.

ACTUS AUDITORES INDEPENDENTES S/S.

CRC-SC nº 001.059/0-7

Samir da Silveira - Sócio Responsável

Contador CRC Nº SC 024.199/O-1